

A fantasia desfeita trata do extraordinário período da vida brasileira que se estende do governo de Kubitschek até o golpe militar de 1964. O dinamismo econômico e a eferescência social e política fazem desses anos de experiência democrática um dos períodos mais instigantes de nossa história moderna. Como responsável pela política de desenvolvimento da região nordestina, nos governos de JK, Jânio Quadros e João Goulart, e como primeiro Ministro do Planejamento do Brasil, no governo parlamentarista e no presidencialismo ressurado, Celso Furtado ocupou funções da mais alta responsabilidade. A luta contra os "industriais das secas" e várias ramificações da oligarquia latifundiária; o debate ideológico com uma direita cega à realidade social e com uma esquerda que se enebriava com projetos de soluções fáceis; a ação de interesses escusos entrincheirados no Parlamento; as campanhas de difamação municiaidas por serviços de informações oficiais; os confrontos com agentes de uma "ajuda externa" que se desvia de seus objetivos iniciais para interferir em assuntos internos do país — é todo um mundo de lutas, de esperanças, de entusiasmos e de frustrações que emerge do testemunho de Celso Furtado. Mais do que um livro de memórias intelectuais, *A fantasia desfeita* é um convite para pensar o Brasil, essa grande aventura da história contemporânea.

330.9813 F992I
M67040



206M67040

Powered by RfidProStar - www.logprocess.com.br



↖
Celso Furtado

9904813
F992I

A FANTASIA DESFEITA

3ª EDIÇÃO

67040

67040



PAZ E TERRA

USP-FEA
330.9813
F992F

MONOGRAFIAS

FANTASIA DESFEITA



67040

Copyright by

Celso Furtado, 1989

Capa

Isabel Garbello

Copyright

Carmen T. Simões da Costa

Revisão

Oscar F. Menin

Márcia Courtouké Menin

Marcos Maranhão de Almeida

Furtado, Celso, 1920-
A fantasia desfeita / Celso Furtado. -- Rio de Ja-
neiro : Paz e Terra, 1989.

1. Brasil, Nordeste - Condições econômicas 2. Bra-
sil, Nordeste - Condições sociais 3. Brasil, Nordes-
te - Política econômica 4. Brasil, Nordeste - Políti-
ca social 5. Planejamento regional - Brasil, Nordes-
te I. Título.

89-0464

CDD-330.9812
-338.9812
-361.6109812

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S/A

Rua do Triunfo, 177

01212 Santa Inês, São Paulo, SP

Tel.: (011) 223-6522

Rua São José, 90 -- 11º andar

20010 Centro, Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (021) 221-4066

Conselho Editorial

Antonio Candido

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso

Recordemos a ficção platônica dos prisioneiros encarcerados na caverna, de onde não vêem mais do que as sombras das coisas. Um dentre eles, que lograra escapar, retornou ao antro e revelou aos companheiros que havia visto os objetos reais e quanto era errôneo imaginar que fora das sombras nada existia no mundo. Riram de seu delírio e o expulsaram.

Erasmus de Rotterdam
Elogio da Loucura

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
PRIMEIRA PARTE	
— O NORDESTE: ALICERCES DO SUBDESENVOLVIMENTO	15
SEGUNDA PARTE	
— O QUADRO INTERNACIONAL: PROJEÇÕES NO BRASIL	25
TERCEIRA PARTE	
— A OPERAÇÃO NORDESTE	33
<i>Prolegômenos</i>	33
<i>A reunião do Palácio Rio Negro</i>	41
<i>Os primeiros aliados</i>	45
<i>O novo papel dos governadores</i>	48
<i>A Nova Política de Desenvolvimento para o Nordeste</i>	52
QUARTA PARTE	
— O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	57
<i>Os programas prioritários</i>	57
<i>A reunião dos bispos em Natal</i>	60
<i>A Lei de Irrigação</i>	61
<i>As armas dos adversários</i>	65
<i>A ofensiva do FMI</i>	70
<i>Ação preventiva contra a seca</i>	74
<i>A lei instituindo a SUDENE</i>	76

QUINTA PARTE — A SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

O I Plano Diretor	81
A catástrofe do Orós	81
A escassez de técnicos	83
A SUDENE e a sucessão presidencial	85
A experiência de Israel	87
Interpretando Sartre	89
Auto-sucessão na SUDENE	93
Novo estilo de governo	98
A Aliança para o Progresso	103
A fronteira maranhense	108
Visita ao presidente Kennedy	111
Encontro com Che Guevara	113
Começo dos incentivos	117
A renúncia do presidente	120
Aprovação do I Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste	122
A síndrome de Cuba entre os norte-americanos	124
Um novo quadro social	129
O II Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste	133
Projeto de "manifesto" das forças progressistas	141
	142

SEXTA PARTE — O PLANO TRIENAL

Uma nova missão	153
Conferência frustrada da OEA	153
Inovações no planejamento	155
O insucesso de San Tiago Dantas	157
Farewell a Prebisch	161
	166

SÉTIMA PARTE — O ÚLTIMO MANDATO

A SUDENE a pleno vapor	169
O declínio da autoridade do presidente	169
Alucnações	172
Ajuste de contas	178
Testamento intelectual	180
A deposição do governador Arraes	181
A retirada	190
	197

ÍNDICE ONOMÁSTICO

203

PREFÁCIO

Ao concluir *A fantasia organizada*,* eu assinalara que as crescentes disparidades regionais constituíam sério desafio a quem se preocupasse com o futuro do Brasil e que, como nordestino, isso me preocupava particularmente. Com efeito, a alarmante decadência do Nordeste, em mãos de uma velha classe de políticos predatórios, numa fase de forte crescimento econômico do Centro-Sul, como eram os anos 50, induzia a pensar que o país, como um sonâmbulo, deslizava inconscientemente para um despenhadeiro.

Creio agora, passados três decênios, que é chegado o momento de retomar a discussão desse tema. O presente livro recolhe um testemunho em torno do considerável esforço realizado, com a chamada Operação Nordeste, para mudar o rumo da história na região. Esse esforço se inseria em amplo processo de mudança social, todo ele orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço a fim de que parcelas crescentes da população regional assumissem na plenitude os direitos de cidadania. Verdadeiras mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com o aumento de sua representatividade e a rejeição, para um desvão da história, das velhas oligarquias.

A ditadura militar, ao destruir pela raiz toda atividade política autêntica, foi particularmente daninha ao Nordeste, interrompendo um

* Celso Furtado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

processo de mudança social que circunstâncias muito particulares haviam permitido florescer. O testemunho que aqui registro não deixará indiferentes aqueles que, com a reabertura democrática, recolocam a problemática nordestina no centro de suas preocupações políticas. Meu propósito, publicando-o, é dar subsídios aos que agora retomam a luta.

Ao abordar processos tão complexos, que envolveram necessariamente tantas pessoas, evitei o mais possível citar nomes de meus colaboradores, certo de que as omissões involuntárias constituiriam grave injustiça. O tipo de ação desenvolvida exigia que eu mantivesse contato direto com a quase totalidade de uma equipe que contou com muitas centenas de profissionais de nível superior, inclusive dezenas de cooperantes estrangeiros. As incertezas que nos envolviam, o assédio que nos impunham de tantos lados fizeram germinar um espírito de dedicação, e mesmo de abnegação, que somente em circunstâncias extraordinárias brota entre os que se unem na luta por um propósito comum.

Entre os que me acompanharam no traslado para o Recife, a começos de 1959, e aqueles que logo ocorreram ao chamado estavam: Mário Magalhães da Silveira, médico sanitarianista e demógrafo; Luiz F. Leite de Vasconcelos, economista; Jorge Monteiro Furtado, economista; Osmário Lacet, técnico de administração; José de Medeiros Vieira, advogado; Francisco de Oliveira, sociólogo e economista; Jader de Andrade, economista agrícola; Estevam Strauss, agrônomo especializado em irrigação; Antônio Juarez Farias, economista industrial; David Kitover, engenheiro especializado em barragens; Genival Barbosa Guimarães, engenheiro especializado em transportes; Nailton de Almeida Santos, bacharel em direito especializado em educação; José Maria Aragão, economista; Edésio Rangel de Farias, bacharel em direito especializado em artesanato; Major Paulo Junqueira, engenheiro cartógrafo; José Boissy T. de Melo, engenheiro; Walter Rocha de Oliveira, engenheiro eletricitista; Alvarino Pereira de Araújo, engenheiro eletricitista; José Carlos Cavalcanti, bacharel em direito; Sulamir Carapajó, economista; Ricardo Werneck, tradutor; Risoleta Cavalcanti, técnica em organização social; Marlene Vieira de Melo, Eneida Vasconcelos e Maria Ines Lira, como secretárias, foram de dedicação inextinguível. Dentre os motoristas, destaco Ivan, incansável em sua labuta.

Um companheiro já falecido, Mário Magalhães da Silveira, de alguma forma simboliza o espírito de toda uma equipe que cresceu com o correr dos anos sem nada perder de sua coesão. Reunia ele dedicação sem falha à coisa pública e o despreendimento pessoal de um anacoreta. Possuía excepcional acuidade para captar o caráter das pessoas, como se dispusesse de uma lanterna mágica que lhe permitia ler no rosto o espírito de um interlocutor. Não lhe escapavam, nos textos que lia, as falácias mais astuciosas nem os sofismas mais sutis. Sua valiosa contribuição no campo da medicina sanitária e da demografia dissolveu-se no anonimato. Mas a exigência que tinha

consigo mesmo e sua generosidade estabeleceram a pauta de comportamento de toda a equipe que construiu e defendeu a SUDENE na dura proccla que nos coube enfrentar.

Minha gratidão a Rosa Freire d'Aguaiar Furtado, que me ajudou a preparar este texto em sua versão final.

Paris, setembro; Rio de Janeiro, dezembro de 1988.

Celso Furtado

PRIMEIRA PARTE

O Nordeste: Alicerces do Subdesenvolvimento

É difícil exagerar com respeito ao Nordeste do Brasil. Ai tudo escapa a explicações fáceis. A sociedade não é fruto nem de conquista nem de um projeto de colonização. Desde seus primórdios, tudo se apresenta como definitivo, com os traços básicos que persistiriam por séculos. Os que chegam trazem consigo meios necessários para pôr em marcha uma empresa que já nasce próspera. Nessa parte mais oriental das Américas, a expansão comercial européia assume a forma de implantação do homem alienígena como produtor de riqueza utilizando recursos renováveis, à diferença do que ocorria alhures. Um povo de comerciantes criava a primeira organização produtiva agrícola do hemisfério ocidental vinculada ao mercado europeu. As técnicas haviam sido provadas por experiências nas ilhas do Atlântico, e os meios financeiros estavam assegurados. A população local é dizimada, quando resiste, ou domesticada para a servidão. Comprovada sua insuficiência, cria-se a baixo preço um fluxo migratório de origem africana.

Estava lançada uma operação transcontinental de grande envergadura, com o objetivo de criar um fluxo de exportação para um mercado situado a milhares de quilômetros. Dessa forma, os critérios econômicos se sobrepõem a tudo. Poucas vezes na história humana uma formação social terá sido condicionada em sua gênese de forma tão cabal por fatores econômicos. A mão-de-obra escrava é contabilizada pela empresa à maneira dos bens de produção, com provisões para manutenção e amortização. A

esperança de vida dessa população não deve superar de muito o período de sua eficácia produtiva. Sendo antieconômica a reprodução local, a instituição familiar perde significação para os que organizam o negócio, impondo-se a permanência do fluxo migratório, o que contribui para manter a heterogeneidade étnica e cultural dessa população.

A economia exportadora nordestina, surgida na primeira metade do século XVI, centrou-se nas terras úmidas do litoral, mas sem tardança criou sua própria periferia, de onde recebia animais de tração e proteína animal para alimentar uma população submetida a um regime de trabalho desgastante. Na ocupação das terras interiores, utilizaram-se os mesmos métodos: preparar ou destruir a população autóctone. Eram operações de guerra, recompensadas pela concessão de imensas glebas que se destinavam à criação extensiva. A diferença da economia de exportação, que exigia estrita supervisão para assegurar sua rentabilidade, a pecuária extensiva da periferia assumia, em grande parte, a forma de economia de subsistência. Se o pólo exportador litorâneo estava crescendo, a demanda de insumos provenientes da periferia se expandia, podendo ser satisfeita mediante intensificação no uso dos recursos disponíveis. Deixando de crescer o setor exportador, a periferia podia continuar sua expansão vegetativa, porquanto o essencial de sua produção era autoconsumido e a disponibilidade de terras, considerável.

A forma como se articularam os dois subsistemas explica o comportamento, a longo prazo, da economia nordestina. No litoral úmido, o grosso da mão-de-obra (escrava) era parte do capital da empresa. Nas fases em que o mercado não permitia amortizar adequadamente este capital, a empresa entrava em declínio, reduzindo seus custos variáveis e liberando mão-de-obra não escrava. Esta última transferia-se para a economia periférica, cujo setor de subsistência sempre tinha possibilidade de expansão. Assim, com o tempo, o segmento de mais baixa produtividade ia aumentando sua importância demográfica relativa.

Por muito tempo arrastou-se um debate acadêmico em torno da natureza da sociedade que emergiu no Nordeste na esteira da empresa produtor-comercial que empreendeu a exploração agrícola da região. A combinação de capitalismo agroindustrial com escravidão suscitava perplexidade a muitos observadores acostumados a trabalhar com tipologias de "formações sociais" derivadas da história europeia. Por outro lado, a predominância da economia de subsistência na faixa periférica — a ausência de escravidão e a paucidade das operações de mercado — levava muitos a pensar em um tipo de feudalismo. Em nenhum dos dois casos configurou-se, na fase inicial, uma "economia camponesa", matriz das sociedades rurais europeias. Mas, em fase subsequente, a economia periférica evoluirá nessa direção, conforme veremos.

A economia camponesa europeia cresce vegetativamente, em função da disponibilidade de terras, dando origem a uma renda que era fundiária e/ou fiscal, conforme o sistema de dominação prevalente. O excedente assim extraído foi o ponto de partida das operações comerciais que permitiram o

desenvolvimento urbano. No Nordeste exportador, todas as atividades produtivas estavam ligadas ao mercado: o rural e o urbano formavam um contínuo do ponto de vista econômico, prevalecendo sempre os mesmos critérios ordenadores. Um capitalismo dependente pode existir fora do regime assalariado: seu crescimento dá-se por indução externa, demanda e oferta comandadas do exterior. Mas, fora do setor exportador, tende a emergir uma economia camponesa. A terra, sempre apropriada por latifundiários, é em parte cedida precariamente, em pequenas parcelas, a agricultores que retribuem a posse com uma parte do produto, a qual é absorvida como insumo no setor produtivo exportador. A relação entre os dois subsistemas assemelha-se, destarte, à que se configura entre campo e cidade no quadro feudal europeu.

O setor exportador estava na total dependência da demanda externa para crescer: nos períodos de declínio desta, as atividades produtivas se atrofiavam com liberação de fatores que, bem ou mal, iam sendo absorvidos pelo subsistema periférico. Este último crescia extensivamente, mediante a incorporação de fatores, mas, sendo sua produtividade inferior à do setor exportador, a produtividade média do complexo econômico nordestino tendia a declinar com a transferência de fatores para o interior. A abundância de terras favorecia essa acomodação. O declínio e/ou a estagnação secular da demanda externa, que se manifestam desde a segunda metade do século XVII, sob a forma de baixa nos preços do açúcar, não conduzem propriamente ao desmantelamento da atividade exportadora nem tampouco à busca de alternativa para a atividade em declínio, o que seria de esperar numa economia de espírito capitalista. O atrofiamento da atividade exportadora é amortecido pelo crescimento extensivo do setor periférico, sem embargo de que os investimentos neste último enfrentaram rendimentos decrescentes na medida em que a fronteira agrícola se distanciou do litoral.

Logo perceberam os colonizadores que a precipitação pluviométrica reduz-se e faz-se mais irregular quando se avança para o interior, ao longo da costa em que se situavam as terras úmidas que serviam de base à economia açucareira. Assim, sistema econômico e sociedade no Nordeste seguiram em sua expansão uma lógica que os expunha de forma crescente aos graves efeitos das irregularidades climáticas.

O quadro pluviométrico do Nordeste engana o observador não familiarizado com as particularidades da região. Cerca de um terço da área recebe mais de 1000 milímetros de precipitação anualmente, nível esse que se eleva para 2000 milímetros e mais nas áreas litorâneas tradicionalmente cultivadas com cana-de-açúcar. Demais, a estação chuvosa nessa sub-região é longa, alcançando oito meses, englobando todo o outono e o inverno do hemisfério meridional, o que surpreende o estudioso das zonas tropicais. Em uma quinta parte da área, a precipitação se situa entre 1000 e 750 milímetros. Abaixo dos 500 milímetros situa-se pouco mais de um décimo da área nordestina. Contudo, esse quadro é enganador. Difícilmente se encontrará em outras partes do globo terrestre área tão extensa em latitudes tão baixas

com precipitação inferior a 750 milímetros. A fortíssima evaporação priva a vegetação do essencial da água precipitada.

Na região interiorana, chamada *sertão* (corruptela de deserto), a estação seca estende-se por sete ou oito meses, com distribuição mensal extremamente irregular. Quanto mais irregular a precipitação, menor a quantidade de água retida no solo. Daí a pobreza da vegetação regional, onde predominam arbustos espinhosos. A violência da precipitação e a elevada evaporação explicam a pobreza da pedogênese e a descontinuidade da cobertura vegetal, sendo frequentes as aflorações da rocha matriz. Dessa forma, o observador que partiu de referências estatísticas relativamente favoráveis vai descobrindo um quadro cada vez mais restritivo de possibilidades de aproveitamento agrícola. A semi-aridez da extensa região é ocasionalmente interrompida por acidentes geográficos que fazem emergir verdadeiros oásis. Um considerável curso d'água alógeno (o rio São Francisco) cria em suas margens, em latitudes muito mais baixas, fenômeno similar ao do Nilo; a precipitação orográfica faz surgir *brejos* nas vertentes expostas ao vento de serras, e blocos sedimentares operam como verdadeiras esponjas, armazenando água que estará disponível nas longas estiagens.

A irregularidade pluviométrica pode chegar a extremos, concentrando-se o essencial das chuvas em um ou dois meses. A vegetação xerófila faz as suas provisões hídricas, mas as culturas de ciclo anual tornam-se inviáveis. Os índices pluviométricos anuais e a acumulação de água de superfície apresentam um quadro de "normalidade", em contraste com o colapso da produção de ciclo anual, principal fonte do abastecimento alimentar. Mas o acidente climático que verdadeiramente caracteriza a região semi-árida é o total colapso da precipitação em um, dois ou mais anos seguidos. É a *seca periódica* que deu celebridade ao Nordeste.

Que as regiões de baixa precipitação sejam as mais sujeitas à irregularidade desta é fenômeno universalmente observado, mas inexistente explicação com fundamento científico para o colapso da precipitação com periodicidade. A falta desse tipo de explicação, é verdade, não impede que se estude estatisticamente o comportamento do fenômeno, detectando nele invariâncias que sirvam de base para previsões aproximativas. As informações estatísticas disponíveis — relacionadas com a precipitação pluviométrica observada em certos pontos da vasta área semi-árida nordestina e referentes a século e meio — permitem detectar certas invariâncias que evidenciam a existência de um duplo ciclo no comportamento pluviométrico. É a coincidência desses dois ciclos que engendra as grandes secas plurianuais que se manifestam três ou quatro vezes por século, entre as quais se intercalam de três a quatro secas de duração anual.

Já não se pode falar das secas como fenômeno errático, totalmente imprevisível. Mas a previsibilidade é precária, comporta ampla margem de erro e ainda não se incorporou à cultura regional. Afóra o armazenamento de águas de superfície, de interesse limitado à pecuária, praticamente nada era feito para enfrentar os períodos de vacas magras, revertendo implicitamente

ao governo a responsabilidade de evitar — com medidas de "emergência" — que durante os mesmos períodos a fome se implantasse abertamente.

O fenômeno da "seca", tal qual o conhecemos na atualidade, dificilmente poderia explicar-se restringindo a análise ao quadro natural, ou seja, aos fatores hidroclimáticos e geológicos com seus prolongamentos na cobertura vegetal. As peculiaridades desse quadro devem ser tidas em conta, particularmente a coexistência dos solos rasos submetidos à precipitação violenta e elevada evaporação com os oásis de brejos de pés de serras, onde frequentemente se obtêm várias colheitas no ano. É natural que se indague: por que não se formou no Nordeste uma economia ecologicamente mais adaptada, a exemplo do ocorrido em outras regiões bem mais inóspitas? A verdade é que seria difícil explicar o povoamento da vasta região semi-árida nordestina como um projeto autônomo; houvesse existido tal projeto, a região teria características sócio-econômicas bem distintas das atuais. Consideremos a hipótese de um processo autônomo de ocupação. Como justificar o investimento em meios de produção e no traslado de população para uma região pouco apta à agricultura, incapaz de criar excedente de exportação? Uma pecuária que se limita a produzir peles e couros não deu lugar, em nenhuma parte, a um projeto autônomo de colonização.

Somente razões geopolíticas — tais as que justificaram a colonização original das Antilhas pelos franceses — explicariam o dispêndio de recursos por uma potência colonial numa região como o Nordeste semi-árido, e neste caso o povoamento teria sido necessariamente seletivo, limitando-se às sub-regiões aptas para produzir alimentos de forma regular. Em consequência, a população ter-se-ia mantido rarefeita, e a pecuária se desenvolveria em função das necessidades dessa população, como atividade complementar à agricultura de subsistência. Sendo assim, os efeitos das estiagens periódicas poderiam ser absorvidos sem maiores traumas. Mas a colonização motivada geopoliticamente deu-se no Brasil apenas no extremo Sul, e em locais restritos da Amazônia, falecendo aos portugueses meios e/ou interesse para praticá-la em outras partes do vasto território que lhes coube nas Américas. Tudo indica que a região semi-árida teria permanecido inexplorada pelos europeus até avançado o século XIX, a exemplo do ocorrido no vasto *cerrado* do Planalto Central, não fora a emergência, já no século XVI, de uma rica economia de exportação, na área úmida do litoral nordestino, que atuou como pólo indutor.

A influência da economia litorânea deu-se em duas vertentes: de um lado, criando uma demanda de animais de tração e de corte, de outro, gerando uma oferta de pessoal capacitado para promover a ocupação territorial, o qual era particularmente abundante quando ela mesma entrava em recesso. Dado que a mão-de-obra utilizada no interior era, em boa medida, constituída de índios preados na própria região, os recursos exigidos para deslocar a fronteira foram modestos. Dessa forma, a ocupação do semi-árido fez-se com pequeno esforço financeiro e centrou-se desde o início na pecuária extensiva. Esta, em vez de ser simples complemento da atividade

agrícola, constituiu desde o início a base da organização sócio-econômica. Durante as longas estiagens, parte do gado era transferido para os oásis úmidos, ou mesmo para o litoral, com sacrifício de parcela maior ou menor do rebanho, conforme o rigor da seca. Enquanto foi reduzida, a população humana se deslocou juntamente com o rebanho ou permaneceu na região graças a modestas reservas de alimentos.

A instabilidade e a longa decadência da economia de exportação litorânea influenciaram na configuração definitiva da *fazendas* sócio-econômica da região semi-árida. Com efeito, foi esse quadro evolutivo que permitiu liberar os recursos humanos que viabilizaram o povoamento do semi-árido numa escala bem superior àquela que encontrava justificativa econômica na demanda de insumos gerada pelas atividades de exportação.

A expansão e a diversificação dos mercados internacionais de produtos primários, ocorridas no século XIX, repercutiram significativamente na região semi-árida, já então transformada em reserva de mão-de-obra subocupada. A dependência da economia litorânea para colocar seus excedentes reduz-se, surgindo um horizonte mais amplo e mais dinâmico de mercados externos. Dessa forma, a região semi-árida começa a vincular-se, de preferência, ao exterior, como exportadora de uma série de produtos primários, puramente extrativos, como óleos e ceras vegetais, ou agrícolas. Dentre estes últimos destacou-se o algodão, matéria-prima cuja demanda cresceu consideravelmente no mercado internacional, graças ao dinamismo da indústria têxtil algodoeira, carro-chefe da primeira Revolução Industrial.

Existe na região semi-árida do Nordeste uma variedade nativa de algodão, arbusto xerófito cuja vida se estende por vários anos. Seu cultivo comercial foi de grande impacto na configuração sócio-econômica que veio a prevalecer. O povoamento já não se condensará nas microregiões úmidas, onde se fixaram os primeiros contingentes demográficos. As terras do semi-árido aptas à cultura do algodão serão aproveitadas no âmbito de grandes fazendas, ao mesmo tempo que a produção de alimentos penetra nos terrenos aluvionais sujeitos às incertezas pluviométricas. Surge, assim, no âmbito de grandes fazendas, uma economia agropecuária, de extrema fragilidade, orientada para produzir excedentes de exportação. O investimento essencial está no rebanho, e tudo será feito para protegê-lo nas estiagens. Essa a razão de ser da ampla retenção de água em barreiros e em todas as formas de açudes. Os alimentos destinados ao consumo local são produzidos nas *várzeas*, áreas onde as águas pluviais são retidas por algum tempo. Ao contrário da pecuária, administrada pelo fazendeiro e seus prepostos, a produção de alimentos é responsabilidade da população trabalhadora, à qual cabe, em regime de meação, o cultivo do algodão nas vastas áreas onde as culturas de ciclo anual são inviáveis.

À semelhança das formas feudais clássicas, o princípio ordenador básico do complexo algodão-pecuária é a propriedade da terra. Também à semelhança dessas formas feudais, as relações econômicas com o exterior são praticamente enfiçadas pelo senhor da terra. Sendo meiro do algodão e

responsável pela produção dos principais alimentos que consome, o trabalhador rural desse tipo de fazenda tem um estatuto de camponês, no sentido de que ele é responsável por sua própria subsistência e vincula-se ao senhor da terra mediante a transferência unilateral de um excedente. Dado que a comercialização do algodão está em mãos do senhor da terra, o relacionamento do trabalhador com o exterior restringe-se à compra de alguns bens de consumo, na medida em que permite a renda monetária proporcionada pela meação. Não se vinculando ao mercado como produtor, tampouco como supridor de mão-de-obra, o trabalhador da grande fazenda surgida no século XIX, no semi-árido, tem um estatuto próximo ao dos camponeses submetidos ao sistema de servidão.

Esse quadro esquemático tem por objetivo esclarecer por que a seca agravou-se consideravelmente a partir da segunda metade do século XIX, assumindo a forma de grande calamidade social. O criatório, tradicionalmente interesse maior do fazendeiro, estava condicionado pela disponibilidade de água. Os pastos, ainda que de qualidade inferior, eram abundantes, mas os oito meses de estiagem e as secas periódicas impunham limites à pecuária. A produção de algodão apresentava maiores potencialidades, pois se tratava de planta ecologicamente adaptada à região. O fator limitativo, neste caso, surgia da disponibilidade de mão-de-obra. É certo que nos períodos de seca o rendimento do algodoeiro reduzia-se, mas, uma vez normalizada a precipitação, a planta resistia e retomava sua produção regular. Tratando-se de uma xerófito, a simples irregularidade na precipitação lhe era pouco danosa. O ponto débil de toda a estrutura sócio-econômica estava na produção de alimentos para auto consumo, a qual dependia de que a precipitação pluviométrica anual alcançasse certo nível mínimo e apresentasse *determinada distribuição*. A irregularidade da precipitação podia não afetar a pecuária e pouco atingir o rendimento do algodão, mas sempre seria fatal para a produção de gêneros alimentícios. Ora, era este, dos três setores produtivos, o que se concentrava em mãos do trabalhador rural.

Posto que sem mão-de-obra não havia algodão, o problema que se colocava ao senhor da terra engajado na produção algodoeira era escolher entre aceitar o risco de ter de despendar recursos para evitar a fome e/ou dispersão de sua mão-de-obra em caso de seca, ou adequar essa produção ao nível da colheita de alimentos nos anos secos. É fácil compreender que haja prevalecido a tendência para aceitar os riscos envolvidos pelo aumento da produção agrícola comercializada, fosse algodão ou outro produto. Dai que se haja formado uma estrutura produtiva que submeteria a região à ameaça de fomes periódicas. Foram essas calamidades (em particular a provocada pela grande estiagem de 1877-1879) que transformaram a *seca* em escândalo nacional, trouxeram o governo para o centro da arena e o tornaram fator decisivo na evolução subsequente do quadro regional.

A partir de então, a ação do governo federal desenvolveu-se em dois sentidos: aumentar a retenção das águas de superfície, o que favorece a pecuária, e evitar os deslocamentos de gente na ocorrência de seca, fornecendo

à população concernida meios de subsistência. Essa a origem das famosas "frentes de trabalho", mais ou menos improvisadas, que tenderam a proliferar nos períodos de estiagens severas. Ora, a ação do governo veio reforçar o *status quo* existente. Com efeito, o quadro de fome criado pela seca não é percebido como decorrente de decisões tomadas pela classe dirigente, reflexo de uma estrutura social que estava sendo reforçada pela ação do governo. O crescimento demográfico pôde assim prosseguir, criando condições para que as fazendas prosperassem e a classe de senhores de terras aumentasse seu poder.

A sociedade da região semi-árida formou-se no âmbito das fazendas. Poder econômico e poder político eram duas faces de uma mesma moeda. Os pequenos aglomerados urbanos nada mais eram do que prolongamentos das fazendas, residências secundárias dos senhores de terras e ponto de convergência de algumas atividades terciárias. A arrecadação de impostos, a polícia, a justiça eram exercidas por prepostos dos senhores de terras em nome do governo estadual. Nos períodos de seca, a ação do governo federal exercia-se por intermédio dos mandantes locais, os quais utilizavam a mão-de-obra paga com o dinheiro público para construir barreiros, estradas vicinais e obras similares, fortalecedoras das estruturas existentes. As disputas entre senhores pelo controle das atividades locais de governo constituíam a substância da vida política. O cangaceirismo medrava nas dobras dessas disputas e constituía um abrigo para os que se punham fora da lei. A população trabalhadora, vítima e instrumento desses conflitos, dependia totalmente, para sua segurança, da "proteção" de um senhor. Esse quadro de isolamento reforçava a situação de dependência do trabalhador rural em face do senhor da terra.

A sociedade que emergiu na zona semi-árida, cujo povoamento deu-se com base na pecuária extensiva, tinha como traços característicos a dispersão espacial dos camponeses e a total dependência destes com respeito aos proprietários de terras. Nesse quadro, a margem de que dispunha o trabalhador rural para acumular era nula. Sua situação corrente era de endividamento. Não dispondo de margem para acumular, estava condenado ao imobilismo, a reproduzir o passado de forma mecânica. Com efeito, o trabalhador do semi-árido constituía uma unidade produtiva — como meiro e como produtor autônomo de alimentos —, portanto não estava inserido num sistema de divisão do trabalho com tarefas prefixadas e desempenhos submetidos a controle. Em uma plantação organizada com base no trabalho assalariado, a tarefa de cada um está prescrita num plano de produção. Cabe à direção opinar sobre a conveniência de investir recursos no fator humano ou em qualquer outro fator produtivo. Nas sociedades camponesas, a unidade de produção é a família. Se a pressão para extrair-lhe um excedente não lhe deixa margem senão para reproduzir-se, como ocorreu em muitas sociedades feudais, o resultado será o imobilismo nas técnicas produtivas. Uma situação desse tipo produziu-se no Nordeste semi-árido, com a agravante de que a população rural não dispunha de tradição

agrícola, sendo insignificante seu patrimônio tecnológico. As técnicas agrícolas eram em parte herança das populações indígenas e em parte derivadas das práticas de manejo de recursos na região úmida, ecológica-mente distinta.

Particularmente deficientes eram as técnicas preservacionistas, como barragens subterrâneas e outras formas de retenção da umidade do solo, bem como o uso de plantas xerófitas para alimentação do homem e dos animais. Algumas dessas técnicas serão introduzidas, esporadicamente, já avançado o século atual.

Por muito tempo as técnicas agrícolas não foram mais do que investimentos feitos no homem, consistindo em um cabedal de conhecimentos e de saber-fazer. O aprendizado dava-se no trabalho, passando de uma geração à seguinte os conhecimentos. Havendo margem para acumulação, abria-se um horizonte de possibilidades para a aquisição de novos métodos de manejo de recursos. Essa margem não existiu para o camponês do semi-árido.

A fazenda das áreas mais áridas do Nordeste não contou com um estoque inicial de técnicas agrícolas e, sendo uma constelação de minifúndios, sem nenhuma capacidade de acumulação — cada trabalhador era um meiro da produção de algodão e um produtor autônomo de meios de subsistência —, fechou todas as portas ao investimento no fator humano, o que explica sua estagnação secular.

As sociedades que não realizaram qualquer investimento no fator humano até os albores do século atual foram condenadas às piores formas de subdesenvolvimento. A passividade da população, sua inaptidão para organizar-se na ação política, seu profundo sentimento de insegurança, levando-a a buscar proteção, contribuíram para implantar o imobilismo social e a estagnação econômica. A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste.